

146

**A Política Externa dos
Governos Geisel e Lula:
Semelhanças e Diferenças**

Sandra Aparecida Cardoso
Shiguenoli Miyamoto

Primeira Versão

Primeira Versão é uma publicação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Destina-se a abrigar aqueles trabalhos de circulação restrita, seja porque são parte de uma pesquisa em andamento, seja por estarem voltados para atividades didáticas, ou ainda, são 'papers' apresentados em reuniões fora do âmbito do IFCH. *Primeira Versão* está aberta a todos os professores do Instituto. As propostas de publicação deverão respeitar o limite máximo de 50 páginas e os originais deverão ser entregues no Setor de Publicações.

Comissão de Publicações

FICHA TÉCNICA

Diretor Associado: Prof. Dr. Jesus José Ranieri

Comissão de Publicações:

Coordenação Geral:

Prof. Sidney Chalhoub

Coordenação da Coleção Idéias:

Profa. Dra. Neri de Barros Almeida

Coordenação da Coleção Trajetórias:

Prof. Dr. Álvaro Bianchi

Coordenação das Coleções Seriadas:

Prof. Dr. José Carlos Pinto de Oliveira

Coordenação das Coleções Avulsas:

Profa. Dra. Guita Grin Debert

Coordenação da Coleção Clássicos:

Profa. Dra. Nádia Farage

Representantes dos Departamentos:

Profa. Dra. Neri de Barros Almeida – DH

Prof. Dr. José Carlos Pinto de Oliveira – DF

Prof. Dr. Álvaro Bianchi – DCP

Profa. Dra. Guita Grin Debert – DA

Prof. Dr. Jesus José Ranieri – DS

Representantes dos funcionários do

Setor de Publicações e Gráfica:

Maria Cimélia Garcia e Marcilio Cesar de Carvalho

Representantes discentes:

Rodrigo Bulamah (pós-graduação)

Gabrieli Simões (graduação)

Setor de Publicações:

Maria Cimélia Garcia – Maria Aparecida Palma de Lima – Alcebíades Rodrigues Júnior – Ana Paula Freitas

Gráfica:

Marcilio Cesar de Carvalho – Cleusa L. C. Schetini – Samuel Ferreira – Marcelo Santos Bolla

Endereço para correspondência

IFCH/UNICAMP

SETOR DE PUBLICAÇÕES

Rua Cora Coralina s/n.

CEP: 13083-896 – Campinas – SP

Livraria Tel./Fax. (19) 3521.1604 / Publicações (19) 3521.1603

pub_ifch@unicamp.br

<http://www.unicamp.br/ifch/publicacoes/>

<http://www.facebook.com/publifch>

Capa – Composição e Diagramação – Revisão – Impressão – Divulgação
IFCH/UNICAMP

A POLÍTICA EXTERNA DOS GOVERNOS GEISEL E LULA: SIMILITUDES E DIFERENÇAS

Sandra Aparecida Cardoso¹
Shiguenoli Miyamoto²

Resumo: o objetivo deste texto é analisar a política externa brasileira em dois momentos distintos, sob os governos de Ernesto Geisel e de Luiz Inácio Lula da Silva. De um lado, uma política intitulada *pragmatismo responsável* e de outro uma *política externa ativa*. Uma das perguntas que se procura responder é se a *política externa* do governo Lula, com o favorecimento a aproximações com países em desenvolvimento e ênfase na diversificação de parcerias, tem similaridades com o *pragmatismo responsável*.

Palavras-chave: política externa brasileira; pragmatismo responsável; política externa ativa; governo Geisel; governo Lula.

Introdução

Uma das formas adotadas para analisar política externa consiste em estabelecer paralelos entre governos, com a finalidade de buscar possíveis rupturas, continuidade ou mudança no estilo da condução da agenda de um

¹ Mestre e doutoranda em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Email: sandraczo@yahoo.com.br.

² Livre-Docente e Professor Titular em Relações Internacionais e Política Comparada, Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 1-B. Email: shiguenoli@gmail.com.

determinado país. Este mecanismo possibilita reconhecer como os governantes tratam as relações internacionais à luz dos que os antecederam, tanto próximas quanto também mais longinquamente.

Torna-se possível, destarte, compreender momentos significativos que configuram transformações emblemáticas e referenciais, por exemplo, nos momentos em que vigoravam a *política externa independente* de Jânio da Silva Quadros (31.01.61 a 25.08.1961) e João Belchior Marques Goulart (08.09.61 a 1º. 04.1964), de Humberto de Alencar Castello Branco (15.04.64 a 15.03.1967), com o *pragmatismo responsável* de Ernesto Geisel (15.03.74 a 15.03.1979), e mais recentemente com a política externa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (1º.01.2003 – 1º.01.2011).³

Pautada pelo interesse nacional – seja qual for o entendimento que desse se tenha – e conduzida por uma instituição tradicional como o Itamaraty, a política externa brasileira expressa uma regularidade que não excede aos princípios de recurso de solução pacífica de controvérsia, a defesa da não-intervenção e autodeterminação dos povos e a ênfase na busca do desenvolvimento nacional.⁴

Contudo, as inflexões e as mudanças ocorrem por existirem outros fatores que compõem o conjunto da dinâmica política: o contexto internacional correspondente ao período da formulação dos objetivos

³ Já é bastante volumosa e importante a literatura que trata desses governos em termos domésticos e no que diz respeito à sua atuação internacional. Na impossibilidade de citações exaustivas sobre a bibliografia existente, faremos aqui referências mínimas, apenas para efeito de ilustração, a fim de que o leitor interessado possa informar-se melhor sobre um determinado aspecto ou governo.

⁴ Especificamente sobre o Ministério das Relações Exteriores, ver: CHEIBUB, Z. B. (1984) – *Diplomacia, diplomatas e política externa: aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, defendida no IUPERJ. Um resumo desse texto foi publicado em artigo intitulado: *Diplomacia e construção institucional: O Itamaraty em uma perspectiva histórica. Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, IUPERJ, v. 28, n. 1, p. 113-131, 1985.

condutores da política externa, e os elementos internos que envolvem o regime político e características político-partidárias (ideológicas) do governo.

É neste conjunto de fatores e suas diversificadas combinações que os modelos de atuação externa foram se definindo como parâmetros. Ou seja, uma política externa de alinhamento e relação especial com os Estados Unidos da América também conhecido como *americanismo*, e a busca de autonomia com relação à estrutura de poder mundial, rotulado como *autonomista*, *universalismo* ou *globalismo*.

De forma convencional, os governos Castelo Branco e Fernando Collor de Mello (15.03.90 a 02.10.1992) se enquadrariam no modelo de proximidade maior com os EUA, e a *política externa independente* e o *pragmatismo responsável* em uma vertente autonomista.⁵

Com o início da administração Lula, um dos desafios acadêmicos foi o de detectar os rumos da conduta externa, se haveria continuidade ou não com os dois mandatos do governo anterior de Fernando Henrique Cardoso (1º.01.95 a 1º.01.2003). Em termos analíticos, o debate girou em torno de qual modelo predominaria: adesão ou autonomia à ordem estabelecida?⁶ A denominada *política externa ativa e ativa* do governo

⁵ Especificamente sobre o governo Collor, ainda é diminuta a bibliografia que aborda sua política externa em suas diversas facetas, sobretudo vinculando fatores domésticos e internacionais. A esse respeito, consultar: PAIXÃO E CASARÕES, G. S. (2011) – *As três camadas da política externa do governo Collor: poder, legitimidade e dissonância*. Dissertação de mestrado em Relações Internacionais, Unicamp, digitalizada; CRUZ JR, A. S. et alii (1993) – Brazil's foreign policy under Collor. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*. vol. 35, n. 1.

⁶ Um balanço sobre a literatura acerca da política externa do primeiro governo Lula pode ser visto em ALMEIDA, P. R. (2006) – Uma nova 'arquitetura' diplomática? Interpretações divergentes sobre a política externa do Governo Lula (2003-2006). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, IBRI, v. 49, p. 95-116. Neste texto, o autor divide os analistas em três grandes grupos: vozes autorizadas, aliados ou simpatizantes, e independentes ou críticos, incluindo-se ele mesmo na última categoria. Outras análises realçando inclusive o lado exótico da política externa,

Lula, aproximando-se do países em desenvolvimento e dando ênfase na diversificação de parcerias, tem similaridades com o *pragmatismo responsável*?

Para o encaminhamento de tais questões, podemos aqui lançar mão de algumas referências úteis, como as feitas há algum tempo por Ronaldo Sardenberg, autor com nítida vantagem por ser ao mesmo tempo formulador de políticas e analista das relações internacionais. Reportando-se a Hans Morgenthau diz ele: “o problema se colocaria da seguinte forma: se determinada situação política evoca a formulação e execução de uma certa política, ao tratarmos de outra situação deveremos perguntar: de que modo a presente situação difere da precedente e em que é similar a ela?” (SARDENBERG, 1982, IV: 13)

Esta é uma boa pergunta, e que vai orientar nossos comentários. A partir da colocação anterior, este texto procura apresentar os elementos, as diferenças e semelhanças que configuram a política externa dos governos Lula e Geisel. A escolha desse último justifica-se por ter sido o responsável pela implementação de uma política externa que concretizou uma diversificação de parcerias com as grandes potências e de aproximação com países do mundo em desenvolvimento, conforme a vertente autonomista.

Como se verá ao longo do texto, relacionamentos com nações africanas e árabes, alianças com países em desenvolvimento também são características orientadoras da política externa do governo Lula.

Retomar alguns preceitos do *pragmatismo responsável* tais como afirmar autonomia em relação ao eixo Leste-Oeste, estabelecer vínculos com nações socialistas, definir e ampliar laços com Estados do Sul

centradas mais na figura presidencial podem ser encontradas em: SCOLESE, E. & NOSSA, L. (2006) – *Viagens com o Presidente. Dois repórteres no encalço de Lula do Planalto ao exterior*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record; ROHTER, L. (2008) – *Deu no New York Times*. Rio de Janeiro: Objetiva; NÉUMANNE PINTO, J. (2011) – *O que sei de Lula*. São Paulo: Topbooks.

bilateralmente e em foros multilaterais, serve de ajuda para entender as motivações e as preferências da política externa do governo Lula por determinados caminhos.

Além do mais, permite uma análise que envolve elementos de contextos internacionais e de regimes políticos diferenciados, uma vez que o *pragmatismo responsável* foi concebido e implementado sob governo militar e em um mundo polarizado pela Guerra Fria, enquanto o ex-presidente Lula atuou em um cenário em que se definem os novos rumos do sistema internacional.

Bases (paradigmas?) da política externa brasileira

Dois aspectos sobre a política externa brasileira devem ser destacados. Em primeiro lugar, a postura diplomática desde o Barão do Rio Branco no início do século XX de aproximação aos EUA, que edifica os paradigmas de alinhamento e autonomista.⁷ Em segundo lugar, a busca incessante do desenvolvimento nacional através da política externa, característica que permeia praticamente toda a história republicana.

Estes dois elementos passaram a caminhar conjugadamente a partir da década de 1930, e orientar a política externa dos anos subseqüentes. A política externa associada ao desenvolvimento passou a ser fundamentada na defesa do interesse nacional. Como nos lembra Karl Deutsch “la política exterior de cada país se refiere, en primer lugar, a la preservación de su independencia y seguridad, y, en segundo lugar, a la prosecución y protección de sus intereses económicos (particularmente de los correspondientes a los grupos de interés mas influyentes”. (DEUTSCH, 1970: 111)

⁷ Sobre o início da República, consultar o trabalho de BUENO, C. – *Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902-1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. Ver, ainda, o interessante estudo de ALMEIDA, P. R. – Política exterior brasileña y el mito del barón, *Foro Internacional*, México/DF, 93, vol. XXIV, n. 1, Jul. io-Septiembre 1983, p. 1-20.

O desenvolvimento como o principal vetor da política externa, amparado no princípio de interesse nacional, passou a expressar o conjunto de ações do Estado brasileiro na sua interação com o sistema internacional, e condicionante das definições de estratégias de parcerias e negociações internacionais. A escolha de tal vetor requer

“Responsividade da política externa às circunstâncias e transformações do cenário internacional e, ao mesmo tempo, capacidade de adequação aos distintos matizes assumidos pelo nacionalismo internamente até o final dos anos oitenta, às inflexões da própria política externa, notadamente àquelas ocorridas a partir da década de cinquenta, e à prevalência do liberalismo econômico na condução da política interna e da externa a partir dos anos noventa”. (VAZ, 1999: 54)

O conjunto de ações denominado política exterior é decidido por setores diversos do Estado, cada um defendendo seus próprios interesses. A política externa não se restringe a apenas um conjunto de ações, mas inclui os princípios dessas mesmas ações. A política externa como esfera que abarca as ações internacionais do governo seguindo um objetivo enquadra-se, portanto, no conceito de interesse nacional, no caso brasileiro o desenvolvimento.

A política externa pode ser interpretada como elemento que visa aumentar e angariar recursos para o seu próprio interesse. O ex-presidente Castello Branco foi muito claro ao se referir a esse assunto, no discurso feito em 31 de julho aos jovens diplomatas: “A diplomacia deve ser também um instrumento destinado a carrear recursos para o nosso desenvolvimento econômico e social como meio de fortalecimento do poder nacional”. (CASTELLO BRANCO, 1964:113)

Em face da complexidade do sistema internacional, efetivar a conquista dos interesses nacionais obriga um país a levar em conta e considerar tão relevantes quantos os seus os interesses dos demais parceiros.

Inclui até mesmo a necessidade de trabalhar com interesses recíprocos dentro de acordos institucionais.

Pode-se considerar como atos de política externa todos aqueles da política doméstica que definem as modalidades de participação de um país no sistema de transferência internacional de recursos (bens, capital e tecnologia). A própria história política e econômica do Brasil está recheada de exemplos e momentos que revelam a importância dos fatores externos no crescimento interno.

De acordo com esta perspectiva, uma das observações a serem feitas sobre a análise da política externa de um país, refere-se em primeiro lugar às normas de funcionamento da ordem mundial vigente, que abarque o período a ser estudado. E, por conseguinte, à forma pela qual um país se insere nesta mesma ordem, incluindo seus níveis de relações. Por exemplo, a partir do início do século XX os Estados Unidos passaram a ser o parâmetro de análise dos níveis das relações estabelecidas pelo Brasil.⁸

A abordagem sobre política externa não deixa de lado o processo decisório, ou seja, a passagem da formulação à implementação e os componentes do Estado por elas responsáveis. Mais precisamente, é na arena decisória que se identificam as possíveis variações na conduta da política externa.

Nesse sentido, mesmo tomando-se as variáveis domésticas e internacionais “para se efetivar uma mudança na política externa de um governo, os agentes devem necessariamente atuar no processo decisório,

⁸ Saraiva Guerreiro considera que definir política externa por três ou quatro vocábulos não traduz a complexidade do processo. É necessário, inclusive, ter cuidados com rótulos. A qualificação, por exemplo, de alinhamento e não-alinhamento não traduz todo o conteúdo das ações externas, pois o Brasil, mesmo em períodos tido como alinhado aos Estados Unidos, divergia quando se percebia o interesse nacional com caráter claramente específico, diversificado. Cf. SARAIVA GUERREIRO, R. – *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano, 1991.

o processo de formulação das decisões pode por si só obstruir ou facilitar a decisão”. (HERMANN, 1990: 13) Todavia, nos casos aqui considerados, não será feito um aprofundamento, a não ser de forma secundária, da implementação e execução dessas políticas.

Para a finalidade aqui proposta, de grande ajuda é o conceito de problemas diplomáticos, já explorado pela literatura sobre as relações internacionais (FONSECA JR., 1998). O uso desse recurso mostra-se interessante porque os obstáculos podem ser identificados conforme a agenda externa do país.

A partir das decorrências da macro-estrutura internacional, circunstâncias geográficas e de suas necessidades internas, os problemas diplomáticos expressam como um país deve agir e reagir na conjunção destes fatores, procurando as melhores alternativas para atender seus interesses nacionais. É dentro desse quadro referencial que este texto focaliza as concepções macro da política externa, tentando identificar os problemas diplomáticos enfrentados pelos governos Geisel e Lula.

Geisel e o pragmatismo responsável: dificuldades, constrangimentos...

Tomando como parâmetro a relação com os Estados Unidos no pós-Segunda Guerra, o Brasil oscilou de um alinhamento moderado desde aquele momento até o início dos anos 1960, para uma política exterior de desvinculação ou fuga ao alinhamento direto. O novo comportamento da diplomacia correspondente ao período entre 1961 a 1964 recebeu a designação de *política externa independente*.

Desde a segunda metade da década de 1950, no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (31.01.56 a 31.01.1961), a política externa já adquiria um caráter de afirmação na busca de multilateralidade. Houve neste período, entre outros fatos, o posicionamento do Brasil dentro do mundo subdesenvolvido. Com a Operação Pan-Americana (OPA), em 1958, o propósito do Brasil e de outros países latino-americanos era dirigido para

a discussão dos problemas relacionados com o subdesenvolvimento, portanto fora da órbita do conflito Leste-Oeste.⁹ Certamente este não era ignorado, nem poderia sê-lo, mas não se encontrava no centro das preocupações daquela iniciativa, que dizia respeito aos problemas hemisféricos. Naqueles anos a grande preocupação dos Estados Unidos não era a América Latina.

Foi, porém, nos governos Jânio Quadros e João Goulart que se constatou um afastamento explícito, se assim o podemos designar, do *paradigma de Rio Branco*.

Dentro das diretrizes da *política externa independente*, que tomou caráter mais específico com a figura de San Tiago Dantas ministro de Relações Exteriores após a renúncia de Jânio Quadros, o caminho almejado passou a ser a busca da proteção dos interesses nacionais. O objetivo era escapar da submissão aos interesses estrangeiros, e superar as desigualdades entre os países.¹⁰

Tornava-se ainda necessário ampliar as relações diplomáticas e comerciais com outros Estados, em detrimento dos vínculos que o governo apresentava sob o clima do conflito Leste-Oeste. Em suma, a concepção

⁹ Vale ressaltar que a concretização da proposta do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID), negociações em 1959 para o restabelecimento das relações comerciais com URSS e o rompimento com o FMI para não comprometer o Plano de Metas através do ajuste recessivo proposto por tal instituição, caracterizam a política externa de Kubitschek. Sobre esse governo, consultar: SILVA, A. M. – *A política externa de JK: a Operação Pan-Americana*". Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais defendida no IRI-PUC/RJ, 1992. Há inúmeras obras importantes produzidas sobre o período, como as de Celso Lafer, Maria Victória Benevides, Miriam Limoeiro, Ricardo W. Caldas, Williams da Silva Gonçalves e Waldir Jose Rampinelli, entre outros.

¹⁰ Sobre a PEI, consultar FRANCO, A. C. (org.) – *Documentos da Política Externa Independente*, vols. I e II. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/Centro de História e Documentação Diplomática, 2007 e 2008, respectivamente; DANTAS, S. T. (1962) – *Política externa independente*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

da *política externa independente* propunha o desenvolvimento interno amparado em uma base industrial, e em uma postura de autonomia relativa no cenário internacional, ou seja, maior independência no concerto das nações.

A reaproximação com os EUA deu-se em 1964 em uma conjuntura específica, com o advento do regime ditatorial militar. Naquela altura o governo deposto amargava dificuldades com os créditos estancados. A volta ao relacionamento mais estreito com os EUA não se restringiu apenas à questão ideológica, tornando-se a alternativa para carrear recursos para o desenvolvimento em um quadro condicionado pela Guerra Fria, onde fortes interesses políticos estratégicos prevaleciam.

No governo de Arthur da Costa e Silva (15.03.67 a 31.08.1969) houve uma retração do Brasil a um posicionamento de aproximação unilateral com os Estados Unidos, na denominada *diplomacia da prosperidade*. Em 1967 os interesses coincidentes entre as grandes potências eram claros, assim como as diferenças econômicas entre os países do Norte e Sul.

Autores com tendências variadas, ao analisarem a política externa brasileira do período pós-64, buscaram evidenciar e descrever as mudanças referentes àqueles anos. Descontados os possíveis exageros da interpretação de Carlos Estevam Martins, pode-se concordar em termos gerais, com sua afirmação, quando diz que

o reconhecimento de uma realidade contrária às expectativas do governo brasileiro, por mais incompleto que fosse, foi, no entanto, suficiente para levar Costa e Silva ao poder e fazer com que a política externa de seu governo se convertesse numa guinada sensacional na história da política externa brasileira. (MARTINS, 1975: 67; tb VIZENTINI, 1998)

Esta postura se faz presente, por exemplo, na aproximação e identificação com os países subdesenvolvidos, no direcionamento para uma postura nacionalista e atuação no diálogo Norte-Sul. Entre outros

elementos, o desenvolvimento tornou-se prioridade em detrimento das questões de segurança. Ainda que importante, pela própria necessidade de manutenção do regime político, a segurança deixou de ser pensada estritamente sob o viés militar, passando a ser focalizada sob a ótica da segurança econômica.

Este contexto também é assinalado pela recusa do Brasil em aderir ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), num caráter de repúdio à imposição das grandes potências. Como expressa Correa, “sem resvalar para o terreno ideológico, sentia-se seguro para discordar dos EUA em matéria tão fundamental para os objetivos americanos de segurança, como era certamente o TNP”.¹¹ Por outro lado neste período “subsistiam ainda, porém, constrangimentos que impediam o Brasil de efetivamente traduzir sua retórica diplomática em políticas concretas”. (CORREA, 1989: 228)

O governo do general Emílio Garrastazu Médici (30.10.69 a 15.03.1974) foi caracterizado não somente pelo crescimento econômico, mas também como um dos momentos mais repressivos do regime militar. Respalhada por elevadas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e com um discurso governamental de Brasil Potência, a *diplomacia de interesse nacional* inseriu-se nas metas de desenvolvimento acelerado.

A política externa de Mário Gibson Barboza manifestou preferência pelas relações bilaterais, abertura de novos mercados e aproximação maior com os países africanos e árabes. Entretanto, por manter-se com posturas dúbias em assuntos importantes como a independência das colônias

¹¹ CORREA, L. F. S. As relações internacionais do Brasil em direção ao ano 2000. in FONSECA JR., G. e CARNEIRO LEAO, V. (1989) *Temas de política externa brasileira*. São Paulo, Editora Ática, p. 228. Ver também o discurso pronunciado por ARAUJO CASTRO, J. A. aos estagiários da Escola Superior de Guerra (ESG), em Washington, em 11 de junho de 1971: “O congelamento do poder mundial”, IN GARCIA, E. V. (org.) (2008) – *Diplomacia brasileira e política externa: Documentos históricos 1493-2008*. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 562-580.

portuguesas e sobre a questão palestina, o Brasil não conseguiu obter igualmente apoio político daqueles países.¹²

Em relação aos EUA, não abraçou o alinhamento automático, nem se posicionou em favor do nacionalismo anti-americano. Sobre a política externa do governo Médici, sinteticamente, pode-se dizer que “trata-se de uma via separada de desenvolvimento, que rejeita tanto os alinhamentos automáticos, quanto o multilateralismo reivindicatório, estilo Não-Alinhados”. (VIEIRA SOUTO, 2003: 35)

Com esses antecedentes, pode-se agora dedicar atenção maior à política externa do governo Geisel. Rotulada de *pragmatismo responsável e ecumênico* apresentou várias facetas: foi marcada pela necessidade de manutenção do projeto de desenvolvimento econômico, sofreu as consequências diretas do choque do petróleo de 1973, coincidiu com a política de distensão entre as grandes potências, e enfrentou uma relativa polarização política Norte-Sul.

Com o sistema internacional em recessão, este governo procurou contornar os riscos de uma quebra no abastecimento de petróleo. Internamente vigorou o modelo de substituição de importações e a intensificação de empréstimos internacionais para manter a ordem do crescimento econômico.

Neste panorama e diante dos aspectos da configuração internacional, uma das idéias foi a diversificação das relações com outros países, com uma postura pragmática dos alinhamentos possíveis. De forma sucinta, a interpretação que se pode fazer sobre esse período é que os aspectos do pragmatismo condiziam com o descomprometimento de princípios

¹² Caso exemplar foi a disputa entre Brasil e Argentina sobre a Usina Hidroelétrica de Itaipu. Levada a ONU para votação, o bloco de países africanos votou contra pela falta de apoio do Brasil ao anti-colonialismo e independência dos países de língua portuguesa. Com relação aos árabes as posições brasileiras eram dúbias na questão palestina.

ideológicos, e o ecumênico expressava uma política externa de caráter universalista, com a possibilidade de aumento das relações internacionais do país. (PINHEIRO, 1993)

A diretriz da política externa brasileira expressou a procura de ampliação das opções internacionais, dentro de posturas autonomistas, sem estar vinculado à política de blocos, revelando uma expansão comercial brasileira em áreas não tradicionais. Apesar de contenciosos não ocorreu ruptura radical com os EUA.

Onde residem as especificidades da política externa de Geisel? Mesmo apresentando semelhanças com a *política externa independente* e encontrando pontos originários em governos anteriores entre 1964-1967, o conteúdo do *pragmatismo responsável* foi formulado mais claramente pelo ex-Chanceler Antônio Azeredo da Silveira, quando obteve contornos precisos e concretos. Muitas das iniciativas, contudo, foram tomadas pelo próprio presidente. Nesta linha, sobre a indagação da novidade pode-se dizer que:

A novidade do pragmatismo encontra-se, acima de tudo, no tratamento dos vínculos com os principais relacionamentos do país. É possível detectar transformações importantes em todas as áreas relevantes da agenda externa: no relacionamento com os EUA, com a Bacia do Prata, com os países andinos, com a Europa, a África, o Oriente Médio, a China e o Japão. Nos casos da Argentina, Israel e Portugal, as medidas tomadas nos anos do pragmatismo colidiram com práticas de longa tradição no repertório da diplomacia brasileira. Adotaram-se também, novos posicionamentos na Organização dos Estados Americanos (OEA) e na Organização das Nações Unidas (ONU). (SPEKTOR, 2004: 7-8)

Os contornos concretos, ou seja, pragmáticos, encontram-se especificamente nas relações de divergências com os EUA, como a denúncia

em 1977 do Acordo Militar firmado em 1952, e na assinatura do Acordo Nuclear com a República Federal da Alemanha em 1975; no abandono do apoio ao colonialismo português na África e mais especificamente no reconhecimento da independência de Angola, de Moçambique, da Guiné-Bissau.

Com a China Continental houve o restabelecimento das relações diplomáticas em detrimento de Formosa, e na América Latina ocorreu uma procura de estreitamento nas relações com os países vizinhos, inclusive com a criação do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) em 1978.

No conflito árabe-israelense, o Brasil assumiu uma postura em favor dos árabes votando na ONU a proposta que considerava o sionismo uma forma de racismo e discriminação racial e, também, a condenação do *apartheid* sul-africano. Insere-se neste contexto uma aproximação maior com os países da Europa Ocidental em visitas a França, ao Reino Unido e à Alemanha, além do Japão, com países europeus socialistas, e aprofundamento e ampliação do relacionamento com os Estados africanos e árabes.

A política externa do governo Geisel foi caracterizada por forte atuação no âmbito multilateral aproximando o Brasil aos países do Sul, uma vez que o estreitamento das relações com os membros do Terceiro Mundo propiciava uma diversificação de interesses e, conseqüentemente, menor dependência do Primeiro Mundo. Tal comportamento não era um projeto terceiro-mundista, mas o incremento das relações Sul-Sul que objetivava fortalecer o país no diálogo Norte-Sul nas bases bilaterais do Brasil com o Primeiro Mundo.¹³

Sobre possíveis identificações entre a *política externa independente e o pragmatismo responsável*, autores como Gelson Fonseca Jr.

¹³ Análise interessante sobre a oscilação entre os blocos, pode ser encontrada em SELCHER, W. (1978) – *Brazil's Multilateral Relations: Between First and Third Worlds*. Boulder/Colorado: The Westview Press.

reconhecem o desejo de autonomia como afinidades entre as expressões doutrinárias, mas no enquadramento do problema diplomático deve-se entendê-las em mundos diversos, tanto nacional quanto internacionalmente.

Neste sentido, o autor considera o pragmatismo mais completo e mais inovador e diz como teria sido a conduta autonomista de Geisel:

Sem arriscar qualquer interpretação definitiva, a inovação estaria, basicamente, por imposições de lógica diplomática. Se a política externa independente nasce de um projeto político, de uma concepção intelectual, o pragmatismo será tentativa de superar uma história que começa em 1964 e que resulta, de um lado, em algum isolamento diplomático (especialmente no campo multilateral) e, de outro, em uma teia de contradições reais com a potência hegemônica (em áreas variadas, como direito do mar, energia nuclear, comércio etc.). Isso não impede que a política externa venha a ter efeitos ou impulsos domésticos, (p. ex. a necessidade de ampliar o espaço econômico do país, com o incremento de exportações: afinidade com o esquema de abertura de Geisel) mas não é a dinâmica interna a base privilegiada para explicá-la. Em suma, em vista de novas circunstâncias da presença internacional do país, mudam os próprios parâmetros brasileiros de interpretar o mundo. (FONSECA JR: 302-303)

Deve-se levar na devida conta que um dos pressupostos básicos para a formulação da política externa, à luz do problema diplomático, é a interpretação do contexto em que o país está operando. Na segunda metade da década de 1970 estava ocorrendo uma diversificação no núcleo capitalista com um gradativo fortalecimento da Europa Ocidental e o Japão. Essa conjuntura permitia ao Brasil possibilidades de diversificação e de alternativas para aventurar-se em outras parcerias econômicas e políticas.

Pode-se acrescentar, ainda, o declínio relativo dos Estados Unidos, a manifestação de conflitos localizados dissociados dos interesses das

grandes potências e a retomada do processo de descolonização. Paralelamente observou-se o crescimento de atores não estatais na arena internacional. (LIMA & MOURA, 1982)

Se as dificuldades diplomáticas se configuram na macro-estrutura internacional, nas circunstâncias geográficas e em necessidades internas, o pragmatismo da política externa expressou, a partir do contexto operante, a concretização de uma ótica universalista. Isto implicou na diversificação das parcerias envolvendo, portanto, uma aproximação e intensificação com países fora da órbita dominante ocidental, objetivando atender o interesse nacional.

Ramiro Saraiva Guerreiro, ex-Secretário Geral do Itamaraty no governo de Geisel, ressalta que o país estava muito mais complexo, e revelando uma decisão firme do presidente, reconheceu que “realmente o Brasil tomou posições próprias com relação a questões internacionais que definiam a política do país”.

De acordo com Saraiva Guerreiro, somente nesse governo foi possível um *aggiornamento* que se tentara 13 anos atrás, referindo-se ao período de Jânio Quadros e João Goulart. Em suas palavras, na política externa do governo Geisel “em toda a sua execução, houve a preocupação de avaliar a realidade e agir sobre a partir dela”. (SARAIVA GUERREIRO, 2006: 26-27). No pragmatismo se reconhecia os fatos que ocorriam no mundo, e não se opunha a eles de forma irreal.

Embora o *pragmatismo responsável* fosse a face externa de um projeto de modernização econômica, não tinha como base um princípio reformista interno, como no caso da *política externa independente* da década anterior.

No período da *política externa independente* a Guerra Fria estava num momento rígido e o regime político interno não era autoritário e economicamente menos complexo, enquanto no *pragmatismo responsável* a ousadia estava na atuação externa, respaldado por uma grande economia industrializada.

Para que ocorresse o avanço da industrialização, universalizando as relações comerciais, houve, no governo Geisel a conservação da ordem interna, ou seja, ausência de referência às reformas sociais internas. Contudo, em âmbito multilateral, defendeu temas ligados ao comércio, investimento e transferência de tecnologia, além de outros de ordem geral.

Abertura de missões diplomáticas, universalização de contatos, afirmar autonomia diante da disputa ideológica, definir novas linhas de atividades diplomáticas na Ásia e na África e o estreitamento de relações com países do Sul em foros multilaterais converteram-se em fatores identificadores do *pragmatismo responsável* na consecução dos objetivos de superar o isolamento diplomático e ampliar o espaço econômico do país.

Lula e a diplomacia ativa: dificuldades, constrangimentos ...

A partir dos elementos fornecidos nos parágrafos anteriores, procura-se agora identificar como fatores semelhantes, ressalvadas as diferenças das conjunturas doméstica e externa, reaparecem no discurso e na conduta da política externa do governo Lula.

Passadas duas décadas do findar do conflito Leste-Oeste, ainda não se chegou a um acordo definitivo sobre a melhor interpretação para explicar o reordenamento do novo quadro internacional. As análises vão desde um mundo pautado pela unipolaridade, a visões de uma ordem global com poderes difusos.

Em qualquer das interpretações, os Estados Unidos despontam, de forma incontestável, como superpotência militar possuidora de capacidade bélica incomparável, portanto hegemônico no quesito recursos de poder tradicionais.

Nesse sentido, observamos uma unipolaridade, ainda que não seja um país inexprugnável, nem competente para resolver todos os problemas

em que se encontra envolvido, fazendo apenas uso da força e da violência, principalmente em teatros de operação longe de seu território.¹⁴

Num contexto de complexidades entre a política externa e interna, sobre os ditames da chamada globalização econômica, com a multiplicidade de atores e processos internacionais na virada do século, cada país procura inserir-se no complexo jogo de relações bilaterais e multilaterais de amplo respaldo institucional.

Com o término da Guerra Fria, as organizações multilaterais passaram a ser vistas como grandes arenas para fornecer respostas mais democráticas e participativas nos assuntos clássicos de segurança e desarmamentos, e nos de meio ambiente, direitos humanos, tráfico de drogas e combate ao terrorismo.

Ainda que as instituições garantam previsibilidade para os atores, dado essencial para a segurança (governabilidade), nem sempre se pode assegurar resultados favoráveis. Fracassos têm sido observados em várias esferas, não deixando imune a críticas a própria ONU, minando sua credibilidade. Assim,

A combinação de uma estrutura unipolar com performance institucional decepcionante enfraquece o multilateralismo, ao injetar uma sensação de insegurança, de natureza diferente, é claro, da que prevalecia durante o período da Guerra Fria (quando a corrida nuclear ameaçava a própria existência da

¹⁴ Esse fato já era reconhecido desde o final dos anos 50, quando a URSS dominou o espaço, lançando o sputnik em 1957. O advento dos mísseis balísticos intercontinentais, por outro lado, com a possibilidade de atingir alvos múltiplos simultaneamente, derrubou de vez a concepção tradicional de poder, apoiada na inexpugnabilidade do território. As guerras da Indochina (França), do Vietnã, Iraque e Afeganistão inscrevem-se na categoria de exemplos em que a superioridade econômica e bélica são elementos insuficientes para dar conta dos envolvimento, com resultados favoráveis, mesmo se tratando de grandes potências no momento da intervenção.

espécie), mas, ainda assim profunda e abrangente. (FONSECA JR. & BELLI, 2004: 6)

No atual contexto das relações internacionais onde mudanças velozes se processam, alterando os parâmetros para interpretar o mundo, como se enquadrou o problema diplomático da política externa brasileira no governo Lula?

A análise da política externa brasileira toma como referência o que se consubstanciou de universalismo e alinhamento, em outras palavras globalismo e americanismo. A *política externa independente e o pragmatismo responsável* ficaram assinalados por orientações doutrinárias ou concretas na busca do universalismo, evitando alinhamentos com os Estados Unidos.

Decorridos anos e transformados os contextos, como se interpreta a política externa do governo Lula na procura do desenvolvimento e na ênfase das relações diversificadas com os vizinhos sul-americanos, e com os países africanos, asiáticos e árabes, e na ênfase do diálogo Sul-Sul?

No limiar do novo século passaram a predominar as forças do mercado e, conseqüentemente, o fechamento dos canais para a consecução de medidas que priorizem o nacional-desenvolvimentismo, de políticas contestatórias e defensivas com relação a ordem estabelecida. O exercício da chamada autonomia nacional, ainda perseguida pelos governos de João Baptista Figueiredo (15.03.79 a 15.03.1985) e José Sarney (15.03.85 a 15.03.1990) mostrou seus limites.¹⁵

Na década de 1990, o governo Collor adequou a política externa às receitas ditadas pelos países hegemônicos e pelas agências internacionais, ocasionando uma ruptura com as diretrizes que norteavam a atuação brasileira nas duas décadas anteriores.

¹⁵ Algumas flexibilizações ocorreram no final do governo Sarney, mas nos discursos ainda condenava as desigualdades Norte e Sul e a política externa continuava sendo colocada como um instrumento do desenvolvimento nacional.

Em termos amplos, com Fernando Collor, Itamar Franco (02.10.92 a 1º. 01.1995) e Fernando Henrique Cardoso, a agenda externa brasileira passou a expressar e adotar os instrumentos que compartilham a formatação do sistema internacional, numa conduta de partidarismo aos valores predominantes: direitos humanos, livre-mercado, não proliferação, meio-ambiente.

Especificamente no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, a política externa foi construída apoiando-se em três pilares: definição de um projeto regional brasileiro, obtenção de melhores condições de acesso a abertura de novos mercados e a eleição de novas parcerias internacionais. (VAZ, 2004).

Credita-se a este governo uma pretendida integração sul-americana, a ênfase em foros multilaterais de negociações comerciais como Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA), aproximação com os países emergentes como Índia, China, Rússia e África do Sul; pode-se acrescentar, ainda que por tempo limitado, a reivindicação de um assento permanente no Conselho de Segurança na ONU.

Entretanto, após os atentados de 11 de setembro de 2001, com as medidas unilaterais norte-americanas, os limites e as fragilidades do multilateralismo ficaram expostos, obstruindo os canais de atuação brasileiros.

No governo Lula a macro-estrutura internacional não se diferencia da conjuntura do período de seu antecessor. A mudança percebida ocorre na visão sobre como montar a agenda externa.

A alteração na proposta da política externa do governo Lula está na forma de atuação diplomática, enfatizando o aprofundamento do processo de integração sul-americana, na intensificação do intercâmbio com os países emergentes, além da retomada do estreitamento das relações com os países africanos.

A campanha para o Brasil ter um assento permanente, com a reforma e democratização do Conselho de Segurança da ONU, tornou-se prioridade.

Daí a intensa articulação com países que dividem as mesmas aspirações, além de potências e nações em desenvolvimento que podem auxiliar na conquista de tal objetivo. Outras demandas diziam respeito a entrada no G-8, e as tentativas frustradas de assumir cargos de direção na OMC e no BID.

Um viés humanista também está presente no discurso e na agenda internacional, como a campanha para a diminuição da fome mundial, uma face externa do programa governamental Fome Zero. O ex-chanceler Celso Amorim elencou as prioridades da política externa do governo Lula:

ampliar a geografia das relações externas do Brasil, atualizando o conteúdo de nossa vocação universalista; adotar uma postura firme e ativa nas negociações multilaterais, inclusive regionais, com vistas a assegurar um espaço regulatório internacional justo e equilibrado. Subjacente a estas prioridades está o imperativo de preservar nossa capacidade soberana de definir o modelo de desenvolvimento que desejamos para o País. (AMORIM, 2005 a: 50)

Os constrangimentos percebidos pelo governo Lula estavam no reconhecimento do unilateralismo norte-americano, e na necessidade de se viabilizar uma dinâmica para política internacional que caminhasse para o fortalecimento das instituições multilaterais e para a multipolaridade.

Na defesa de uma ordem mundial mais justa e democrática, a política externa de Lula deu significativa relevância à necessidade de reforma na ONU, uma vez que reconhecia que instituições multilaterais possibilitam um equilíbrio no sistema internacional.

A agenda externa definida a partir da interpretação desta macro-estrutura passou a ser instrumentalizada por uma política de ampliação e articulação com países em desenvolvimento, tanto regionalmente como em outros continentes privilegiando parcerias Sul-Sul.

Neste sentido, pode-se estabelecer uma diferença com o seu antecessor¹⁶, porque o governo Lula concedeu ênfase e preferência manifesta pelas negociações e acordos com países em desenvolvimento. A criação do Diálogo Brasil, Índia e África do Sul, a formação do G-20 no âmbito da OMC, a construção da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), do Banco do Sul, o uso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e as inúmeras visitas aos Estados vizinhos, aos africanos e árabes são expressões de como os países em desenvolvimento adquiriram proeminência no governo Lula.

O G-20 que tem a presença do Brasil e Índia, do G-8 e da União Européia, mas também do qual participam a China, África do Sul e outros países em desenvolvimento da América Latina, Oriente Médio e Ásia, afirma que é necessária a remoção de distorções na regra de comércio agrícola internacional. O G-20 busca a redução de subsídios agrícolas dos EUA e a abertura do mercado para estes produtos na União Européia. Na configuração do G-20, a diplomacia brasileira busca integrar a tônica do tema de desenvolvimento nas negociações da Rodada de Doha. Para Celso Amorim.

A criação do G-20 facilitou uma interlocução mais direta, fluida e transparente entre os principais grupos de interesse. Acima de tudo, mostrou que a coordenação Sul-Sul não é um objeto irrealista ou ultrapassado, e que pode ocorrer sem ser por razões ideológicas, mas por uma visão pragmática baseada em interesses em interesses concretos e legítimos. (AMORIM, 2005 a: 55)

¹⁶ Questionado sobre a importância no governo Lula da parceria com a África, Fernando Henrique afirmou que a África do Sul, Namíbia, Angola e Moçambique eram promissores, mas o coração da África não tem importância política e econômica. Em suas palavras, “devemos ter uma política externa mais voltada para os países desenvolvidos”. Entrevista concedida à revista *Conjuntura Econômica* (2005) Rio de Janeiro, FGV, v. 59, n. 5, p. 16-19, maio.

A Cúpula América do Sul – Países Árabes realizada em Brasília em 2005 também se inseriu numa proposta de contribuir para a propensão da multipolaridade e “criar condições para uma nova geometria econômica mundial”. (AMORIM, 2005). A multipolaridade, neste caso, seria um fator para fomentar mais estabilidade mundial.

Pode-se considerar que este princípio também apresentou impacto sobre a política externa brasileira na América Latina, porque ao se intensificar as relações com os países do continente fortaleceu a conjunção destes em instâncias multilaterais de negociações.

Uma das consequências dessa política regional é que a manutenção de relações mais estreitas com os países sul-americanos impediu a tomada de medidas unilaterais por parte dos EUA nesta parte do mundo, por eventuais problemas internos, como no caso da formação dos *Amigos da Venezuela*. (LIMA)

A aproximação com o continente africano às vezes despertou desconfiças sobre a eficácia da política externa, pois na maioria são países pobres e com regimes instáveis. Além de considerar a solidariedade como gesto necessário, o Brasil vislumbrou nas políticas de cooperação e ampliação de relações econômicas, um elemento de apoio por parte destes países à demanda nacional pela vaga como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

Marco Aurélio Garcia, assessor internacional do presidente Lula, arrolou as características da África que vão desde a existência de agudos problemas humanitários como a AIDS, a potencialidade em recursos naturais até a parceria estratégica com a África do Sul. Relembrando o apoio concedido pelo governo brasileiro em períodos anteriores, aos países africanos, notadamente os de língua portuguesa, comparou aqueles momentos com o atual papel da África na agenda externa do governo Lula. Para Garcia,

O governo Geisel naquele momento tinha uma percepção da situação internacional muito particular. Ele se enfrentou com os EUA, denunciou o acordo militar Brasil-EUA e passou pela crise do petróleo. Ele teve, então, de fazer uma inflexão do tipo terceiro-mundista, rumo aos países africanos e aos países árabes que tinham potencial petrolífero. (...) A política externa brasileira (do governo Lula) se orienta justamente no sentido de mudar a correlação de forças internacional. Uma das expressões dessa mudança é, sem dúvida nenhuma, vir a alcançar um mundo multipolar. Para isso, é preciso haver pólos. Evidentemente, uma aproximação do Brasil com a África, com a América do Sul, com a Índia, com a China, com outros países, vai reforçando essa idéia. (GARCIA, 2003)

O ex-chanceler Celso Amorim não considera a política externa do governo Lula como terceiro-mundista, mas sim como universalista. Nesta interpretação, a globalização não estaria concentrada somente nos centros do poder dos países desenvolvidos, mas encontra-se em toda parte.

Apoiado no princípio universalista, o ex-presidente da República empreendeu inúmeras viagens aos países árabes como Síria, Líbia, Líbano, Emirados Árabes e se encontrou com chefes de Estado que não compartilham do pluralismo democrático ocidental.

A estratégia de ampliar mercados ao Sul, numa vertente da diplomacia comercial, não teria caído na irracionalidade econômica, visto que os países em desenvolvimento concentram mais da metade do mercado consumidor global. (LOPES & VELLOZO, 2004). Daí também a abertura de dezenas de novas representações diplomáticas desde 2003, sendo 15 delas em continente africano. (MARIN, 2009)

A intensificação nas relações com os países em desenvolvimento não excluiu parcerias com as nações e/ou blocos avançados como a União Européia e Estados Unidos.

Sobre a integração hemisférica, a diplomacia brasileira defendeu uma ALCA possível – afinal não concretizada – não a condenando como fazia Lula quando ainda era candidato. Naquela altura, o ex-presidente considerava a proposta norte-americana como uma tentativa de “anexação” e não de integração. Em seu governo, acabouintonizando o discurso e as propostas em torno de escolhas consideradas mais assertivas para o Brasil.

Considerações finais

Com o favorecimento de diversificação de parcerias e aproximação aos países em desenvolvimento, a política externa do governo Lula apresenta similaridades com a política externa do *pragmatismo responsável* do governo Geisel. Isto pode ser constatado nos parágrafos anteriores, porém, há também nítidas diferenças.

É necessário considerar aqui um conjunto de dados que compõem a dinâmica política, e que revela o contexto internacional e os elementos internos de um país no momento da formulação da política externa. Nesta perspectiva encontramos formas e estilos distintos entre as políticas externas de ambos os governos.

A política externa do *pragmatismo responsável* foi elaborada em um contexto caracterizado pela bipolarização do poder mundial da Guerra Fria, embora essa estivesse em distensão. Todavia, por causa desta própria estrutura do sistema internacional, havia a procura por parte dos países em desenvolvimento, de um espaço de fomentação e articulação política, o Terceiro Mundo. Internamente o país Brasil era governado por um regime autoritário conduzido por militares.

Contrariamente, o quadro da formulação da política externa do governo Lula é evidenciado por um ordenamento internacional que apresenta um unilateralismo dos Estados Unidos em termos de recursos tradicionais de poder, associado a uma globalização econômica. Internamente o modelo

político é democrático e o presidente representou posturas oriundas de sua filiação e origem partidárias.

Como revela Marco Aurélio Garcia, assessor internacional do Presidente da República: “Em realidade, a política do pragmatismo responsável, em grande medida e em substância, é a política externa independente que a esquerda defendia na década de 60. E que teve formuladores no Itamaraty muito importantes”. (GARCIA, 2003)

As similaridades se encontram na busca para intensificar as relações com os países em desenvolvimento por escolhas estratégicas, visando aproximar o país das nações do mundo desenvolvido. No caso de Geisel, objetivava-se fortalecer o país no diálogo Norte-Sul e criar esferas de relações com os demais, não excluindo os desenvolvidos, procurando manter-se mais autônomo junto aos Estados Unidos.

A política externa de Lula buscou no estreitamento das relações com os países em desenvolvimento uma mudança que dissolvesse a égide do unilateralismo e fortaleça o multilateralismo. Também não excluiu relações bilaterais com os países desenvolvidos, até pelo contrário, já que é dessa forma que se comportam os Estados que tentam projetar-se cada vez mais, em busca do lugar que consideram seu por direito, mas sobretudo pelos seus indicadores, por seus poderes e pelas influências ao redor do mundo.

Bibliografia

- AMORIM, C. (2005) – *Democracia é algo que existe também no Sul, diz ministro. Folha de S. Paulo*, 16 de maio.
- _____. (2005 a) – A política externa do governo Lula: dois anos. *Revista Plenarium*. Brasília, Câmara dos Deputados, a. II, n. 2, novembro. Disponível em <Acesso em 19 de abril de 2010>.
- CARDOSO, F. H. (2005) – Entrevista concedida a revista *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, FGV, v. 59, n. 5, p. 16-19, maio.
- CASTELLO BRANCO, H.A. (1964) – *Discursos 1964*. Brasília: Secretaria de Imprensa.

- CORREA, L. F. S. (1989) – As relações internacionais do Brasil em direção ao ano 2000. in FONSECA JUNIOR, G. & CARNEIRO LEAO, V. (org.) *Temas de política externa brasileira*. São Paulo, Editora Ática.
- DEUTSCH, K. (1970) – *El analisis de las relaciones internacionales*. Buenos Aires: Editorial Paidós.
- FONSECA JUNIOR, G. (1998) – *A legitimidade e outras questões internacionais*. São Paulo: Paz e Terra.
- FONSECA JUNIOR, G. & BELLI, B. (2004) – Governabilidade democrática: apontamentos para uma análise sobre a (des)ordem internacional. *Cena Internacional*, UnB, a.06, n. 2, dezembro. Disponível em <<http://www.relnet.com.br>>. Acesso em 17 de julho de 2011.
- GARCIA, M. A. (2003) – Entrevista concedida a Eliane Cantanhede. “Pensata a dois”, 19 de novembro. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/ult681u101.shtml>>. Acesso em 30 de março de 2009.
- HERMANN, C. F. (1990) – Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. *International Studies Quarterly*, n. 34. Apud PINHEIRO, L. (1993) – Restabelecimento de relações diplomáticas com República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, v. 6, n. 12, p. 247-270.
- LIMA, M. R. S. & MOURA, G. (1982) – A trajetória do Pragmatismo – Uma análise da política externa brasileira. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, IUPERJ, v. 25, n. 3, p. 349-362.
- LIMA, M. R. S. *Hablas Español. O lugar da América do Sul na política externa brasileira*. Observatório Político Sul-Americano. Disponível em <<http://www.iuperj.com.br/opsa>>. Acesso em 23 de maio de 2011.
- LOPES, D. B. & VELLOZO JR., J. (2004) – Balanço sobre a inserção internacional do Brasil. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, IRI-PUC, v. 26, n. 2, p. 317-353, julho/dezembro.

- MARIN, D. C. (2009) – Brasil cria cinco embaixadas, quatro delas no Caribe. *O Estado de S. Paulo*, 20 de fevereiro. <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090220/not_imp327179,0.php>. Acesso em 30 de março de 2009.
- MARTINS, C. E. (1975) – A evolução da política externa brasileira na década de 64/74. *Estudos CEBRAP*, São Paulo: CEBRAP, n. 12, p. 54-98, abril-junho.
- PINHEIRO, L. (1993) – Restabelecimento de relações diplomáticas com República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, v. 6, n. 12, p. 247-270.
- SARAIVA GUERREIRO, R. (1991) – *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano.
- SARDENBERG, R. (1982) – Estudos das Relações Internacionais. *Curso de Relações Internacionais*, unidade IV. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- SPEKTOR, M. (2004) – Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, IBRI, a. 47, n. 2, p. 162-184.
- VAZ, A. C. (1999) – Parcerias estratégicas no contexto da política exterior brasileira: implicações para o Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, IBRI, a. 42, n. 2, p. 52-80.
- VAZ, A. C. (2004) – O governo Lula: uma nova política exterior? Disponível em: <http://www.gedes.org.br/biblioteca.php?acao=exibir&tipo=download&idcat=12&pagina=biblioteca&criacao_de_sites=elisesb_pontocom>. Acesso em 20 de julho de 2011.
- VIEIRA SOUTO, C. (2003) – *A diplomacia do interesse nacional: a política externa do governo Médici*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- VIZENTINI, P. G. F. (1998) – *A política externa do regime militar 1964-1985*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.

PRIMEIRA VERSÃO

Títulos Publicados desde 1988

01. Antonio Augusto Arantes, *La preservación del patrimonio como practica social*. (esgotado)
02. Décio A. M. Saes, *Estado e Classes Sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80*. (esgotado)
03. Denise Bottmann, *A propósito de Capistrano*. (esgotado)
04. Luiz B. L. Orlandi, *Simulacro na filosofia de Deleuze*. (esgotado)
05. Niuvenius J. Paoli, *Currículo mínimo: princípios gerais de uma camisa-de-força?* (esgotado)
06. Fausto Castilho, *Doutrina Geral dos Elementos*, trad. de *Allgemeine Elementarlehre de Immanuel Kant*, 1ª parte, 1º capítulo. (esgotado)
07. João Carlos K. Quartim de Moraes, *Joaquín Costa, Oliveira Vianna e a "revolução pelo alto"*. (esgotado)
08. Manoel Tosta Berlinck, *Difusão e construção sobre a história da psicanálise em São Paulo, Brasil*. (esgotado)
09. Roberto Romano, *Igreja domesticadora de massas ou fonte do direito coletivo e individual? Uma aporia pós-conciliar*. (esgotado)
10. Leila da Costa Ferreira, *Estado e ambiente. A política ambiental do Estado de São Paulo*. (esgotado)
11. Maria Stella Bresciani, *Carlyle: a revolução francesa e o engendramento dos tempos modernos*. (esgotado)
12. Newton C. A. da Costa, Luiz Henrique Lopes dos Santos e Elias Humberto Alves, *On the Syllogism I*. (esgotado)
13. Octávio Ianni, *A idéia de América Latina*. (esgotado)
14. Osmyr Faria Gabbi Jr., *Resenhas de psicanálise*. (esgotado)
15. Carlos Rodrigues Brandão, *Ouro Preto: arte, antiguidade e artesanato*. (esgotado)
16. Luiz B. L. Orlandi, *Articulação por reciprocidade de aberturas e Filosofia em tempo de cinema*. (esgotado)
17. Fausto Castilho, *Doutrina Geral dos Elementos*, trad. de *Allgemeine Elementarlehre de Immanuel Kant*, 1ª parte, 2º capítulo. (esgotado)
18. Alba Zaluar, *Gênero, cidadania e violência*. (esgotado)
19. Sidney Chalhoub, *A guerra contra os cortiços: cidade do Rio, 1850-1906*. (esgotado)
20. Daniel Hogan, *Quem paga o preço da poluição?* (esgotado)
21. Roberto Cardoso de Oliveira, *Práticas interétnicas e moralidade*. (esgotado)
22. Mariza Corrêa, *Três heroínas do romance antropológico brasileiro*. (esgotado)
23. Angela M. Tude de Souza, *Grandes projetos e identidades sociais na Amazônia Oriental Brasileira*. (esgotado)
24. Margareth Rago, *A prostituição em São Paulo nas décadas iniciais do século XX*. (esgotado)
25. Silvio Seno Chibeni, *Descartes, Locke, Berkeley, Hume e o realismo científico*. (esgotado)
26. Adalberto Marson, *Maquinações satânicas: Edward Thompson e as leituras do sistema fabril*. (esgotado)
27. Néstor Perlongher, *Territórios marginais*. (esgotado)
28. Rachel Meneguello, *O voto dos trabalhadores (1964-1989)*. (esgotado)
29. Maria Stella Bresciani, *O anjo da casa*. (esgotado)
30. Sebastião C. Velasco e Cruz, *Fragmentos do novo? Brasil: Empresariado e crise no limiar dos 90*. (esgotado)
31. Vavy Pacheco Borges, *A "História da República": um objeto, alguns temas, alguns conceitos*. (esgotado)
32. Sebastião C. Velasco e Cruz, *1968 – Movimento estudantil e crise na política brasileira*. (esgotado)
33. Sidney Chalhoub, *A história nas histórias de Machado de Assis: uma interpretação de Helena*. (esgotado)
34. Néstor Perlongher, *Droga e êxtase*. (esgotada)

35. Fausto Castilho, *Doutrina Geral dos Elementos*, trad. de Allgemeine Elementarlehre de Immanuel Kant, 1ª parte, 3º capítulo. (esgotado)
36. Shiguenoli Miyamoto & Williams da Silva Gonçalves, *Militares, diplomatas e política externa no Brasil pós-64*. (esgotado)
37. José Roberto do Amaral Lapa, *O mercado urbano de escravos (Campinas - segunda metade do século XIX)*. (esgotado)
38. Shiguenoli Miyamoto & Williams da Silva Gonçalves, *A política externa brasileira e o regime militar: 1964-1984*. (esgotado)
39. Alba Zaluar, *Relativismo cultural na cidade?* (esgotado)
40. Shiguenoli Miyamoto, João Paulo Veiga & Tullo Vigevani, *Motivações do papel dos Estados Unidos no mundo*. (esgotado)
41. Guita Grin Bert, *O envelhecimento em asilos e práticas profissionais para uma velhice adequada*. (esgotado)
42. Shiguenoli Miyamoto, *A questão ambiental e as relações internacionais*. (esgotado)
43. Walquiria G. D. Leão Rego, *Liberalismo e escravidão no Brasil: um dilema?* (esgotado)
44. Armando Boito Jr., *Crise política e revolução: o 1789 de Georges Lefebvre*. (esgotado)
45. Shiguenoli Miyamoto, *A inserção do Brasil no sistema internacional*. (esgotado)
46. João Quartim de Moraes, *A argumentação dialética na definição aristotélica do tempo*. (esgotado)
47. Armando Boito Jr., *Estado e sindicalismo no Brasil*. (esgotado)
48. Sebastião C. Velasco e Cruz, *Política empresarial em tempos de crise. Aparentamentos teóricos e reflexões sobre o Brasil*. (esgotado)
49. Décio Saes, *A contestação à ordem monárquica no Brasil*. (esgotado)
50. Octavio Ianni, *O labirinto latino-americano*. (esgotado)
51. João Quartim de Moraes, *A justificação do tiranicídio no pensamento proto-liberal de Juan de Mariana*. (esgotado)
52. Arlete Moysés Rodrigues, *Movimentos sociais*. (esgotado)
53. Roberto Cardoso de Oliveira, *A antropologia e a "crise" dos modelos explicativos*. (esgotado)
54. Jorge Coli, *Ética, política, revolução, surrealismo*. (esgotado)
55. Oswaldo Giacóia Jr., *O Anticristo e o romance russo*. (esgotado)
56. Sebastião C. Velasco e Cruz, *A produção do consenso. Discurso econômico e conflitos políticos na transição brasileira*. (esgotado)
57. Argelina Maria Cheibub Figueiredo, *Notas de pesquisa: justiça local nas áreas de saúde e trabalho*. (esgotado)
58. Pedro Paulo Abreu Funari, *A análise documental e o estudo da antiguidade clássica*. (esgotado)
59. João Quartim de Moraes, *A evolução da idéia de democracia de Rousseau a Robespierre*. (esgotado)
60. Rita de Cássia Lahoz Morelli, *Relativismo hoje. Uma tentativa antropológica de acertar contas com a moralidade*. (esgotado)
61. Sidney Chalhoub, *Homenagem a Warren Dean: Comentário sobre Rio Claro, um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. (esgotado)
62. Pedro Paulo A. u Funari & Júlia Falivene Alves, *O ensino de história no segundo grau: uma experiência*. (esgotado)
63. João Quartim de Moraes, *Joseph de Maistre: o anti-rousseauismo da contra-revolução*. (esgotado)
64. Luís Alfredo Galvão, *Duas ou três coisas sobre o mercado e o socialismo*. (esgotado)
65. Octavio Ianni, *Neoliberalismo e neo-socialismo*. (esgotado)
66. Maria Lygia Quartim de Moraes, *Marxismo e feminismo no Brasil*. (esgotado)
67. Pedro Paulo Abreu Funari, *Pós-Graduação: encruzilhadas atuais*. (esgotado)
68. Sebastião C. Velasco e Cruz, *Restructuring world economy. Arguments about "market-oriented reforms" in developing countries*. (esgotado)
69. Octavio Ianni, *Globalização e transculturação*. (esgotado)
70. Ricardo T. Neder, *Figuras do espaço público contemporâneo. Associações civis, fundações e Ongs no Brasil*. (esgotado)

71. Karl Marx, *Die methode der politischen ökonomie. O método da economia política*. Terceira Parte. Tradução de Fausto Castilho. (esgotado)
72. Octavio Ianni, *Sociologia e literatura*. (esgotado)
73. Reginaldo Corrêa de Moraes, *Liberalismo e neoliberalismo*. (esgotado)
74. José Carlos Pinto de Oliveira, *Carnap e o pós-positivismo*. (esgotado)
75. Maria Lygia Quartim de Moraes, *Identidade e alteridade: registros iconográficos e sociológicos do Brasil no século XIX*. (esgotado)
76. Pedro Paulo A. Funari, *Teoria arqueológica na América do Sul*. (esgotado)
77. Sebastião C. Velasco e Cruz, *As idéias do poder: Dependência, globalização, crise e o discurso recente de FHC*. (esgotado)
78. Octavio Ianni, *O príncipe eletrônico*. (esgotado)
79. Sebastião C. Velasco e Cruz, *Um outro olhar: sobre a análise gramsciana das organizações internacionais*. (esgotado)
80. Shiguenoli Miyamoto, *Perspectivas do estudo das relações internacionais no Brasil*.
81. João Quartim de Moraes, *Erasmus e Lutero: teologia e reforma do cristianismo*. (esgotado)
82. Shiguenoli Miyamoto, *O idealismo e a paz mundial*.
83. Reginaldo C. C. de Moraes, *Economia, política e ideologias. Notas sobre neoliberais, keynesianos e cepalinos*. (esgotado)
84. Octavio Ianni, *Língua e sociedade*. (esgotado)
85. Sebastião C. Velasco e Cruz, *Situações. Conjuntura, Empresários/Trabalhadores e Alca*.
86. Reginaldo C. Corrêa de Moraes, *Brasil, política: estruturas, conjunturas, conjecturas*. (esgotado)
87. José Carlos Pinto de Oliveira, *Kuhn, Popper e a história da ciência*. (esgotado)
88. Sebastião C. Velasco e Cruz, *Desencontros: o Brasil e o mundo no limiar dos anos 80*.
89. Shiguenoli Miyamoto, *A segurança regional no contexto do Mercosul*.
90. Octavio Ianni, *A globalização e o retorno da questão nacional*. (esgotado)
91. Shiguenoli Miyamoto, *A política de defesa brasileira e a segurança regional*.
92. Pedro Paulo A. Funari & Nanci Vieira Oliveira, *Arqueologia em Mato Grosso*.
93. Shiguenoli Miyamoto, *O Brasil e as negociações multilaterais*.
94. José Carlos Pinto de Oliveira, *Positivismo, ciência e filosofia*. (esgotado)
95. Shiguenoli Miyamoto, *Cooperação, competição e integração regionais: o difícil entendimento*.
96. Maria Lygia Quartim, *Memória biográfica e terrorismo de Estado: Brasil e Chile*.
97. Shiguenoli Miyamoto, *Os estudos estratégicos e a academia brasileira: uma avaliação*.
98. Evelina Dagnino e Sonia E. Alvarez, *Os movimentos sociais, a sociedade civil e o "terceiro setor" na América Latina: reflexões teóricas e novas perspectivas*. (esgotado)
99. Shiguenoli Miyamoto, *O Mercosul e a segurança regional: uma agenda comum*.
100. Octavio Ianni, *Sociologia do futuro*. (esgotado)
101. Reginaldo C. Corrêa de Moraes, *O pequeno século XX: o Estado, o mercado e o et cetera*.
102. Shiguenoli Miyamoto, *Geopolítica do Brasil: algumas considerações*.
103. Sebastião C. Velasco e Cruz, *Democracia e ordem internacional: reflexões a partir de um país grande semiperiférico*.
104. Caio Navarro de Toledo, *Universidade, intelectuais e pensamento crítico*.
105. Tom Dwyer (org.), Maria Hermínia Tavares de Almeida, Juarez Lopes Brandão e Roberto Cardoso de Oliveira, *As origens do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Sociais e as perspectivas para o futuro – um encontro com alguns fundadores*.
106. Cátia Aida Silva, *Acesso à justiça: uma leitura dos direitos e da cidadania no Brasil Contemporâneo*.
107. Sebastião C. Velasco e Cruz, *Teoria e História. Notas críticas sobre o tema da mudança institucional em Douglas North*.
108. Sebastião C. Velasco e Cruz, *Organizações internacionais e reformas neoliberais: reflexões a partir do tema da propriedade intelectual*.
109. Maria Lygia Quartim de Moraes, *Dois estudos sobre cidadania*. (esgotado)
110. Reginaldo C. Corrêa de Moraes, Juliana do Couto Ghisolfi e Maitá de Paula e Silva: *Universidade no Brasil, 2002 – problemas & dilemas*.

111. Shiguenoli Miyamoto. *O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas.*
112. Lucas Angioni. *O problema da compatibilidade entre a teoria da ciência e as ciências naturais em Aristóteles.*
113. Octavio Ianni. *Sociologia do terrorismo.* (esgotado)
114. Guita Grin Debert. *Arenas de conflitos éticos nas delegacias especiais de polícia.*
115. Tom Dwyer (org.), Maria Lígia de Oliveira Barbosa, Ricardo Abramovay, Leila da Costa Ferreira, Rita de Cássia Lahoz Morelli e Rachel Meneguello. *O ensino interdisciplinar nas Ciências Sociais.*
116. Adriana Piscitelli. *Delegacias especiais de polícia em contexto: reflexões a partir do caso de Salvador (Bahia).*
117. Shiguenoli Miyamoto. *A segurança e a ordem internacionais no limiar do novo século.*
118. Reginaldo C. Corrêa de Moraes. *Berle & Means, de 1932 a 2002: a ordem política do capitalismo corporativo.*
119. Shiguenoli Miyamoto e Patrícia Nasser de Carvalho. *A ONU e a paz mundial: alcances e limites.*
120. Pedro Paulo A. Funari / Lúcio M. Ferreira. *Cultura material histórica e patrimônio.* (esgotado)
121. Maria Lygia Quartim de Moraes. *Feminismo, movimentos de mulheres e a re(construção) da democracia em três países da América Latina.*
122. Shiguenoli Miyamoto e Paulo César Manduca. *Segurança hemisférica: uma agenda inconclusa.*
123. Armando Boito Jr. *Classe média e sindicalismo.*
124. Izabel A. Marson. *Política e memória em Um Estadista do Império.*
125. Octavio Ianni. *Enigmas do pensamento latinoamericano.*
126. Eliane Moura da Silva. *Repensando o fanatismo religioso: representações, conceitos e práticas contemporâneas.*
127. Maria Lygia Quartim de Moraes. *Algo de novo na América Latina?*
128. Alessandro André Leme. *Estado e energia: conjunturas e conjecturas acerca do setor elétrico brasileiro.*
129. José Carlos Pinto de Oliveira. *Quine e o projeto de uma ciência cognitiva.*
130. Alessandro André Leme. *Reformas do Estado: o caso do setor elétrico na Argentina e no México.*
131. Amnérís Maroni. *Busca e mistério.*
132. Maria Filomena Gregori. *Feixes, paralelismo e entraves: as delegacias de defesa da mulher de São Paulo e as instituições.*
133. Duarcides Ferreira Mariosa. *Florestan Fernandes e os Tupinambá.*
134. José Carlos Pinto de Oliveira. *História da ciência e história da arte. uma introdução à teoria de Kuhn.* (esgotado)
135. Alessandro André Leme. *Privatização e energia elétrica: debate preliminar sobre a reestruturação do setor elétrico e a crise de racionamento de energia.*
136. Álvaro Bianchi. *O Laboratório de Gramsci.* (esgotado)
137. Shiguenoli Miyamoto e Juliana Santos Maia Bertazzo. *A Política das Forças Armadas: Conflitos e Institucionalização do Regime Militar.*
138. José Carlos Pinto de Oliveira. *Kuhn e a Revolução Historiográfica na Ciência e na Arte.* (esgotado)
139. Shiguenoli Miyamoto e Alessandro Shimabukuro. *Política e Estratégia no Brasil Contemporâneo.*
140. João Quartim de Moraes. *Cinco Poetas Vermelhos na Linha de Fogo.*
141. José Carlos Pinto de Oliveira. *Kuhn, Koyré e a "Nova Historiografia" da Ciência.*
142. Shiguenoli Miyamoto. *Amazônia: Meio Ambiente, Fronteiras e Segurança.*
143. Pedro Paulo A. Funari e Aline Carvalho. *Patrimônio Cultural, diversidade e Comunidades.*
144. Shiguenoli Miyamoto. *O Brasil e a América Latina: Opções Políticas e Integração Regional.*
145. Maria Lygia Quartim de Moraes. *Deslocamentos Geográficos, Experiências Subjetivas: Brasileiras no Exílio.*

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES

Cidade Universitária “Zeferino Vaz”

Rua Cora Coralina s/n.

13083-896 – Campinas – São Paulo – Brasil

Publicações (19) 3521.1603

Livraria Tel./Fax. (19) 3521.1604

pub_ifch@unicamp.br

<http://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/>

<http://www.facebook.com/publifch>

Impressão e acabamento
Gráfica do IFCH